

# AVENTURA E DESVENTURA: UMA PEÇA PROIBIDA

Cesar Carneiro<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esse artigo é uma apresentação e análise contextualizada da peça “Aventuras e desventuras de um estudante”. Proibida pela direção do Colégio Estadual da Bahia, a peça transformou-se no pivô de uma greve de estudantes que lutando pela liberdade de expressão enfrentaram autoridades civis e militares no Estado da Bahia no ano de 1966, em plena ditadura. Ancorado em um leque de fontes que engloba arquivos escolares, jornais da época, arquivos pessoais, documentos da repressão e depoimentos de protagonistas e contemporâneos, o artigo é uma contribuição historiográfica acerca do movimento estudantil no período da ditadura militar e do papel desempenhado pelo teatro.

**Palavras chave:** Arte. Ditadura. Greve. Movimento estudantil. Teatro.

O teatro, tanto profissional como amador, tem presença marcante e voz ativa em muitos momentos da nossa história. Seja questionando a realidade que se imponha, seja como arauto de uma liberdade ou de um sonho possível e necessário, o recurso das artes cênicas aparece em muitos momentos de nossa história.

Figura entre eles o episódio protagonizado por secundaristas do Colégio Estadual da Bahia (Co-

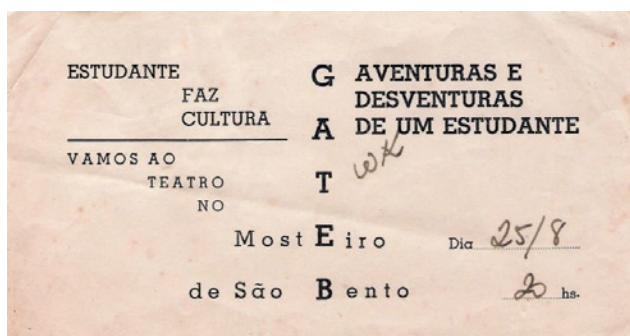
**ABSTRACT:** This article is a presentation and contextual analysis of the play "Adventures and misadventures of a student". Prohibited by the direction of the College State of Bahia became the pivot of a strike by students that fighting for freedom of expression faced civil and military authorities in the State of Bahia in the year 1966 in full dictatorship. Docked in a range of sources that includes school records, newspapers of the time, personal files, documents and testimony of the prosecution and contemporary protagonists, the article is a historiographical contribution on the student movement during the military dictatorship and the role of the theater.

**Key words:** Art. Dictatorship. Strike. Student Movement. Theater.

légio Central, como é mais conhecido) em 1966, após serem proibidos de encenar no auditório do Colégio uma peça retratando a realidade de um estudante. Intitulada “Aventura e desventura de um estudante”, a peça mostrava o cotidiano de jovem que vindo do interior e, após uma verdadeira “Via Crucis” para conseguir uma matrícula, depara-se com uma realidade muito distante da imagem de bom colégio, que até hoje figura no imaginário do senso comum sobre esta instituição naquele período.

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela UFBA e Professor da Rede Estadual de Ensino Básico.

Dois anos após o Golpe que derrubou o Governo constitucionalmente instituído do presidente João Goulart e alçou os militares ao comando da nossa República, a falta de liberdade de organização e expressão são destaques no texto de autoria do estudante Carlos Sarno, particularmente com a cena do enterro do Grêmio Estudantil e a crítica aos tipos de lideranças, passagens certamente decisivas para proibição da peça. Com a reação de estudantes e outros setores sociais contra a proibição, a peça, mesmo sem nunca ter sido encenada, tornou-se sucesso de público e ficou registrada em jornais dentro e fora do estado.



Convite da peça. Arquivo pessoal de Armindo Bião.

Este episódio da história baiana foi analisado na dissertação que apresentei para obtenção do título mestrado em História Social pela Universidade Federal da Bahia, em 2008. A proibição da peça transformou-se no pivô de uma greve de estudantes que, lutando pela liberdade de expressão enfrentaram e autoridades civis e militares no Estado da Bahia em plena ditadura. A dissertação aborda ainda temas como a repressão ao movimento estudantil no período, articulações entre secundaristas, universitários e outros setores sociais e a repercussão das movimentações estudantis na imprensa.

Os protestos não só romperam os muros do Central, como também ganharam repercussão fora do Estado como notícias pelo menos nos jornais cariocas O Globo, Correio da Manhã e Última Hora e geraram episódios de conflitos envolvendo personalidades do cenário político local, estadual e nacional a exemplo do vice governador, de chefes de polícia e do ministro Juracy Magalhães (MAGALHÃES, 1996).

Ancorada em um leque de fontes que englobam arquivos escolares, jornais da época, arquivos pessoais, documentos da repressão e depoimentos de

protagonistas e contemporâneos, a dissertação se soma a outras contribuições no debate historiográfico acerca do movimento estudantil no período da ditadura militar, particularmente sobre a participação de secundaristas na resistência ao regime que se instalou no Brasil após o golpe de 1964.

## Os estudantes na Vida Cultural



Capa do Livro de memória do Colégio Central, de Americano da Costa, reproduzindo o escudo do Colégio.

A presença estudantil em atividades culturais, não só como espectadores, mais também como produtores parece ter sido algo marcante entre os anos finais da década de 50 e início dos anos 60.

Dentro e fora das escolas jovens se reuniam para produzir, assistir e discutir a produção cultural em diversas áreas. Com o grêmio estudantil fechado em 1963 (em um ato que se antecipou aos efeitos do Golpe de 1964 sobre os estudantes e suas organizações) a turma do Central concentrou esforços na área cultural. Assim, em 1964 funcionaram no Colégio diversos grupos culturais, entre eles o Grupo Amador de Teatro Estudantil da Bahia (GATEB), que fundado em 1964 só conseguiu subir ao palco do Central com sua primeira montagem



após o encerramento daquele ano letivo quando encenou a peça “Do tamanho de um defunto” de Millor Fernandes:

Sob a direção de Haroldo Cardoso. Dela, participaram, entre outros, Emanueli Marimpietri, José Cordeiro Filho, Francisco Ribeiro Neto, Ângelo Oliva, José Nogueira Neto, Marie Hélène Russi, Jurema Augusta Ribeiro Valença, Nemésio Garcia, Ruth de Brito Lemos, Orlando Lacerda e Mário Galvão. (JOSÉ, 2000.)

A partir de 1965 o grêmio do Central passou a ser comandado por uma junta governativa e possuir uma assessoria de cultura dirigida pelo estudante mineiro Wilson Carlos Vilane. Com os recursos das carteiras de estudante, por intermédio dessa assessoria, a junta governativa teria financiado a edição de um jornal impresso, jornal mural e o GATEB, do qual fazia parte, entre outros, Haroldo Cardoso<sup>2</sup> e Francisco Ribeiro Neto. A junta teria custeado projetos sem interferir na produção dos grupos e sem que o nome do Grêmio fosse citado como patrocinador e nunca teria sido questionada pelo Colégio sobre esses financiamentos (CARVALHO NETO, 2008).

Destes grupos culturais, Alexandrina Conceição Luz lembra que na falta de espaços para manifestações, as lideranças estudantis construíram os grupos de Teatro, Cinema e do Jornal. Em 1964 ela entrou para o jornal e no ano seguinte passou a fazer parte do GATEB. O grupo de Cinema, embalado pelo período fértil do Cinema de Arte promovia nas tardes de sábado discussões sobre os filmes que assistiam nas matines do mesmo dia no Cine Guarani. Após as sessões, os estudantes caminhavam pela Barroquinha até a ladeira do Castanheda onde proseavam refrescando-se com o “Chuverinho” uma batida avermelhada que fazia sucesso entre a juventude local. A tarde as reuniões geralmente aconteciam na casa de um dos seus integrantes, sendo mais freqüente na casa de

Mari Heleni, no Rio Vermelho ou na casa de outro membro que morava no Largo Dois de Julho (CONCEIÇÃO, 2008).

Além da qualidade e da referência educacional do Central, é possível que a agitação cultural ali vivida tenha despertado em muitos jovens o desejo de estudar naquela casa de ensino. Foi o que ocorreu com o jovem Armindo Bião, que em 1965 estudava no Colégio Militar e freqüentava as sessões de cinema de arte no Cine Guarani.

Por conta de uma notícia sobre o GATEB num jornal de Salvador em 1965, e de seu interesse pelo teatro, Bião transferiu-se para o Colégio Central em 1966 sendo colega de turma de Hamilton Alves da Silva Celestino, militante do PCB e um dos articuladores dos grupos culturais estudantis. Por intermédio dele, Bião, que já tinha na bagagem a experiência do teatro amador de um grupo espírita, logo passou a integrar o GATEB (BIÃO, 2008).

É possível supor que essa agitação cultural e as movimentações estudantis entre 1964 e 1966 também tenham despertado o interesse de outros jovens a exemplo do João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira) tinha sido colega de turma de Bião no Colégio Militar (BIÃO, 2008) e final de 1966 convenceu os pais transferir-lo para o Central. (FERREIRA, 2007)

### Registros do teatro amador e estudantil

A agitação cultural nos meios estudantis não se resumia ao Colégio Central nem a capital. Em 1966 alguns trabalhos eram desenvolvidos pelo teatro amador na Bahia. Entre estes, Gey Espinheira produziu a peça “A flor e a náusea” de Carlos Drummond de Andrade com o grupo de teatro da Faculdade de Filosofia, com estréia prevista para o dia 1 de junho no Teatro Vila Velha, sob direção de Péricles Luiz e atores como Mário Gusmão, Carmem Bitencurt e Alberto Luiz.<sup>3</sup>

No Colégio Severino Vieira, estudantes criaram o Grupo de Teatro Opinião que sob a direção de Gustavo Tapioca preparou a montagem da peça “Mariana, a mãe”. Os objetivos do grupo, bem

<sup>2</sup> Mais tarde Haroldo Cardoso segue carreira artística no teatro e atuando no Vila Velha continua a estabelecer contatos com estudantes do Central (Bião, 2008).

<sup>3</sup> ESTADO DA BAHIA, 25 maio 1966, p. 4; 24 maio 1966, p. 6.

definidos nas falas de seus representantes eram de fazer um teatro estudantil:

Como tal, mostrando toda uma realidade que envolve as nossas vidas. Nossa mãe é uma parcela integrante de nossa vida e a nossa primeira apresentação será dedicada a ela. Queremos com isto demonstrar a nossa homenagem a todas as mães do mundo inteiro. As mães de Salvador, do Brasil, da Rússia, dos Estados Unidos, do Vietnã que sofre os horrores da guerra. A todas as mães casadas, viúvas e principalmente solteiras.<sup>4</sup>

A existência do Teatro Experimental de Feira de Santana foi registrada quando este manifestou solidariedade aos estudantes do Central por ocasião da proibição da peça do GATEB. A presença marcante do teatro amador na Bahia pode ser notada por duas iniciativas tomadas no ano de 1966. A criação de um Grupo de Trabalho da Secretaria de Educação encarregado de elaborar um plano de amparo legal para os grupos de amadores e a articulação do I Festival de Teatro Amador no interior da Bahia, tendo entre seus articuladores Alberto Messias e contando com apoio de Mário Piva,<sup>5</sup> deputado federal pelo PSD baiano.

Naquele mesmo ano a escola de Teatro da UFBA abria suas portas para a realização de um Curso de Teatro na Educação. Direcionado a professores primários das escolas municipais, o curso foi aberto pelo professor Agostinho da Silva, contando ainda com os professores Afonso Rui, Carlos Petrovich e Emanuel Oliveira Araújo.<sup>6</sup> Fora do espaço escolar, o Teatro dos Novos encenava em agosto o Teatro de Cordel e preparava para o mês seguinte seu Ciclo de Estudos Teatrais que contaria com encenações de autores modernos e contemporâneos.<sup>7</sup>

## GATEB: O teatro no central e a proibição de aventuras e desventuras

A existência de grupos teatro de alunos do Colégio Estadual da Bahia não foi uma novidade da década de 1960, assim como também não foi novidade a censura exercida pela direção da instituição à rodução estudantil. Na década de 1950 os estudantes Glauber Rocha, Fernando da Rocha Peres, Paulo Gil Soares, Anísio Melhor, Sonia Noronha, Calazans Neto, entre outros ganharam destaque no cenário cultural baiano com suas Jogralescas. No entanto, na IV Jogralesca, o grupo sofre a resistência da direção do Central que considera “o poema Blasfêmia, de Cecília Meireles, [...] herético e desrespeitoso” (LEÃO, 2003). A contra argumentação de Glauber Rocha para a direção acaba publicada em artigo no jornal A Tarde de primeiro de agosto de 1957.



Auditório do Ginásio da Bahia (antigo nome do Colégio Central) – 1938 (Costa, 1971)

Criado em 1964, o GATEB parece ser a continuidade de uma longa tradição. Pelo menos desde 1937 o teatro já figurava entre as atividades promovidas pelo grêmio estudantil daquela casa de ensino. Entre 1937 e 1952, o professor Weldon Americano da Costa realizou junto com estudantes a montagem de algumas peças de sua autoria (COSTA, 1971, p. 147).

Mesmo com lembranças e registros divergentes sobre a natureza e funcionamento do GATEB podemos chegar a algumas conclusões sobre o grupo. O livre acesso ao auditório esteve entre as reclamações dos estudantes que repercutiram na

<sup>4</sup> JORNAL DA BAHIA, 13 de maio de 1966, p. 9.

<sup>5</sup> A TARDE, 27 jun. 1966, p. 11.

<sup>6</sup> JORNAL DA BAHIA, 23 jul. 1966, p. 9.

<sup>7</sup> JORNAL ESTADO DA BAHIA. 18 de agosto de 1966, p.6.

imprensa da época<sup>8</sup>, uma vez o acesso ao auditório do Colégio estava condicionado a companhia de um professor (CONCEIÇÃO, 2006).

Na Bahia o ano de 1966 começou com carência de professores na rede estadual<sup>9</sup>. O Central também enfrentava essa carência em seu quadro de disciplinas e, entre outros, faltava também um professor para acompanhar os trabalhos do GATEB.<sup>10</sup> Com isso, as professoras do Coral Ondina Bezerra Kelch e Leoginia Carolina Bezerra depois substituída por Armandina Freire de Araújo<sup>11</sup> garantiram naquele início de ano a abertura das portas do auditório para os estudantes do GATEB que “se aproveitava das aulas do coral”<sup>12</sup> para realizar os ensaios do teatro.

Seja pela preocupação com as artes ou com o que os estudantes do GATEB andavam fazendo naquele início de ano, o diretor Walter Reuter solicitou à Secretaria de Educação um professor de artes para o colégio, sugerindo o nome do professor Emanuel Oliveira de Araújo, que lhe foi indicado pelo diretor da Escola de Teatro da UFBA.<sup>13</sup> Esta iniciativa sugere um esforço da direção para tornar o GATEB um grupo oficial daquela instituição educacional, uma vez que o mesmo havia sido criado pelos estudantes. Mas, Reuter não poderia prever as posições futuras de seu indicado.



Gabinete da Direção do Ginásio da Bahia (antigo nome do Colégio Central) – 1938 (Costa, 1971)

<sup>8</sup> JORNAL DA BAHIA, 1 jun.1966, p. 2.

<sup>9</sup> JORNAL DA BAHIA, 21 maio 1966, p. 2.

<sup>10</sup> Entre as correspondências há vários ofícios motivados pela carência de professores em diversas disciplinas.

<sup>11</sup> COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA. Ofício nº.164 de 20 maio 1966.

<sup>12</sup> CONCEIÇÃO, 2006.

<sup>13</sup> Idem. Ofício nº.162 de 18 de maio de 1966.

Cumprindo uma formalidade do cargo “por uma questão hierárquica, o prof. Emanuel O. Araújo encaminhou a peça à prof. Engrácia para o visto também do Diretor.”<sup>14</sup> mas, deixou nítida sua afinidade com os estudantes e seu compromisso com a arte quando, após a proibição da peça e suspensão dos alunos, declarou ao Diário de Notícias que tratava-se de uma “peça sadia e boa como teatro estudantil”. Afirmou que “infelizmente as leis não podem impedir a mediocridade e a mesquinhez de nenhum diretor de colégio ou professores improvisados, malgrado o diploma.”<sup>15</sup>

Outro diário baiano em matéria intitulada “Engenheiro proíbe teatro no Central” publicou no dia 31 de maio de 1966:

Uma equipe de estudantes do Colégio Estadual da Bahia (Central), segundo informa Emanuel Araújo, escreveu, dirigiria e montaria um espetáculo de teatro. Tudo muito bom e elogiável para quem entende teatro como um meio de situar os valores segundo seu procedimento social, e como tal, veículo de educação das massas através experiência do ambiente, como pretendiam os colegiais.<sup>16</sup>

Araújo apontou o teatro como parte de um conjunto de “modelos excelentes de métodos e práticas educativas aplicadas em nações européias...”<sup>17</sup> e atacou o engenheiro diretor afirmando como papel do teatro na educação;

transmitir uma bagagem cultural humanista indispensável ao futuro técnico que assim, quer desempenhando as funções de mecânico ou diretor dum colégio, nunca cairá no perigo de fossilização estreita que só verá séries de parafusos a apertar ou número dado de jovens a tiranizar.<sup>18</sup>

<sup>14</sup> JORNAL DA BAHIA. 1 de junho de 1966, p. 2.

<sup>15</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1 jun.1996, p. 4.

<sup>16</sup> JORNAL DA BAHIA, 31 de maio de 1966, p. 7.

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> Ibidem. (grifo nosso)

Assim, Araújo defende o teatro nas escolas e critica o diretor a quem terminou de forma indireta chamando de tirano. Continuando na defesa da importância da arte na educação afirma “Nos países desenvolvidos, qualquer professor medíocre sabe que a arte (em quaisquer das suas manifestações) é indispensável à educação sadia da criança e do adolescente” e repete a frase cunhada no outro diário “infelizmente as leis não podem impedir a mediocridade e a mesquinhez de nenhum diretor de colégio ou ‘professores’ improvisados, malgrado o diploma. Basta abrir os jornais e os fatos ai estão.”<sup>19</sup>

O posicionamento de Araújo revela que, se após sua contratação o GATEB passou a figurar como um grupo oficial do Colégio, isso não implicou necessariamente no controle da produção do grupo pela direção, e no momento da proibição, aquele professor foi uma voz a mais em contraposição à direção. Diga-se de passagem, a única voz de professor do Central em clara defesa dos estudantes que localizamos na imprensa local.

### A Proibição e os protestos

No final de maio de 1966 o GATEB estava pronto para a estréia da peça, “Aventuras e desventuras de um estudante”. Antes do grande dia, os atores realizaram um ensaio aberto à alunos e professores. Alguns professores, insatisfeitos ou ofendidos com o conteúdo da peça, cobraram providências do diretor do Colégio (CONCEIÇÃO, 2006). Iniciava-se assim uma série de acontecimentos que acabaram frustrando a expectativa dos estudantes de encenar a peça no Colégio em que estudavam.

Antes ou depois da proibição, o professor Emanuel Araújo encaminhou o texto da peça para apreciação da professora Engrácia e do Diretor.<sup>20</sup> Sem maiores explicações Engrácia repassou aos alunos o veto de Reuter.

No dia 30 de maio de 1966, as aulas no Central foram suspensas devido a um grande número de estudantes concentrados em frente a direção, protestando contra a proibição. No dia seguinte continuaram a luta distribuindo de uma carta e um mani-

festos mimeografados.<sup>21</sup> Começava ali uma série de protestos dos quais nem a direção, nem os estudantes, nem outras autoridades envolvidas na questão poderiam mensurar as proporções que tomariam e muito menos os desdobramentos para o futuro dos jovens estudantes daquela casa de ensino.



Sob pressão policial estudantes pedem a exoneração do diretor e a liberação da peça proibida. Jornal da Bahia 2 de junho de 1966, p.6.

Protestos e as tentativas de encenação da peça resultaram em escaramuças e conflitos envolvendo autoridades civis, militares e religiosas. Foi amplamente noticiada a violência policial contra estudantes e convidados durante a tentativa de apresentação da peça no Restaurante Universitário da UFBA. Também foi notícia de repercussão nacional<sup>22</sup> o confronto entre estudantes e o Ministro Juracy Magalhães ocorrido no dia seguinte quando os manifestantes arremessaram pedras contra o automóvel do ministro, atingindo o rosto do seu ajudante de ordens, o coronel Mansur, fato que motivou a abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPM's) contra estudantes.

Solidário com o drama estudantil, Dom Timóteo, abade do Mosteiro de São Bento convidou os estudantes a encenarem a peça naquela casa religiosa. Militares e civis que controlavam o regime no Estado, bem como seus aliados, estavam decididos a não permitirem a encenação da peça. Pressões e as ameaças passaram a recair sobre o Mosteiro e seu Abade, Dom Timóteo.

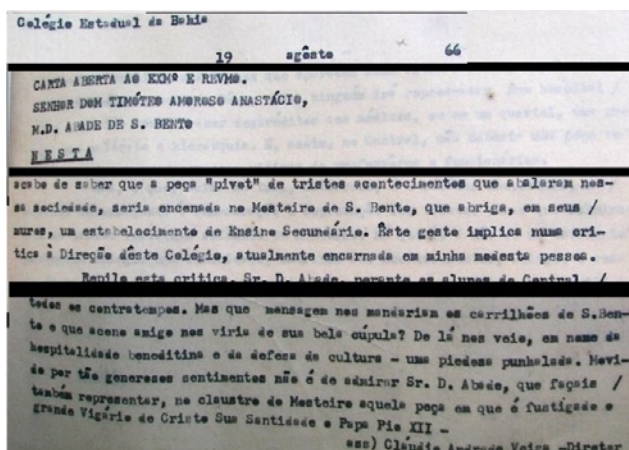
<sup>19</sup> JORNAL DA BAHIA, 31 maio 1966, p. 7.

<sup>20</sup> JORNAL DA BAHIA, 1 jun. 1966, p. 2.

<sup>21</sup> JORNAL DA BAHIA, 1 jun.1966, p. 2

<sup>22</sup> Encontramos várias notícias sobre o incidente e os protestos em jornais do rio de Janeiro incluídos na pesquisa.

O professor Reuter, que havia proibido a peça foi afastado da direção do Central, mas Carlos Veiga, seu substituto além de manter o veto a peça, exerceu pressão sobre dom Timóteo, para que o mesmo declinasse da apresentação da peça no Mosteiro. Mas a pressão maior surgiu do comando da VI Região que ameaçou invadir o Mosteiro para evitar a encenação.



Trechos da carta do diretor do Central à Dom Timóteo, 19 de agosto de 1966. (arquivos do Colégio Central)

De maneira prudente, o Abade recuou, cancelando a apresentação que estava marcada para as 20 horas do dia 25 de agosto.<sup>23</sup> Findava assim, a última tentativa de encenação da peça que marcou a vida e trajetória dos estudantes do Central naquele ano.

### Primeiro ato: O texto da peça

Apresentamos a seguir, uma análise do conteúdo da peça, ancorada na conjuntura da época e tendo como pano de fundo o cenário da ditadura militar e a legislação vigente, particularmente com relação a direitos políticos e a organização estudantil. Depoimentos de ex-militantes do movimento estudantil, documentos da época e a cobertura jornalística dispensada aos acontecimentos estudantis constituem fontes privilegiadas para perceber posições de atores sociais envolvidos na questão.

A montagem pretendia mostrar ao público estudantil do Colégio Central o cotidiano de uma escola pública na década de 1960. Embora seu autor se refira a ela hoje como uma peça ingênua (SARNO, 2008), a obra traz críticas ao ensino, ao Estado e ao sistema político vigente no país. O texto articula

o conteúdo da mensagem, com a trajetória de um estudante do interior que, em busca do estudo, segue para a capital onde se depara com burocracia, deficiências do ensino e falta de liberdade política.



Posse da diretoria do Grêmio em 1959, quatro anos antes do fechamento da entidade em 1963 (Costa, 1971)

“Aventuras e desventuras de um estudante” narra a trajetória de um jovem em busca da educação como forma de crescimento pessoal. Nela ambienta a crítica ao sistema político e as relações de poder estabelecidas em torno da estrutura educacional precária e insuficiente ao atendimento dos jovens baianos. Usando recursos da literatura de cordel, o autor lança mão de um narrador, canções, personagens e estatística para compor uma crítica ao momento vivido.

A trajetória do estudante (personagem principal) inicia-se numa cidade do interior do Estado, durante os preparativos de sua mudança para a capital onde continuaria os estudos, já que em sua cidade não havia colégios de ensino médio. Chegando em Salvador, o estudante enfrenta uma saga para conseguir vaga no Colégio da Bahia. Com o começo das aulas, conhece defeitos e qualidades dos professores e as duras estatísticas do ensino no período.

As articulações de civis e militares construtores do Golpe de 1964 estiveram assentadas em questão com raízes bem anteriores a sua deflagração,<sup>24</sup> não podemos deixar de considerar que esse movimento

<sup>23</sup> Convite da Peça. Arquivo pessoal de Armindo Jorge de Carvalho Bião.

<sup>24</sup> Os antecedentes do golpe foram bem trabalhados entre outros por DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. e SKIDMORE, Tomas. **Brasil:** de Castelo a Tancredo. São Paulo: Paz e terra, 1988.

teve seu lastro social e que a atuação de estudantes ligados à esquerda foi uma preocupação de golpistas e seus defensores. Num regime de exceção implantado a partir 1964 esta peça dificilmente passaria despercebida por aqueles que tinham afinidades com a ordem vigente.

## O SCRIPT

O texto da peça, que até hoje nunca foi encenada chegou até nós através de uma cópia, cedida por Jurema Valença à historiadora Sandra Regina Barbosa da Silva, durante pesquisa de mestrado em história que resultou na dissertação “Ousar lutar, ousar vencer”, o primeiro trabalho acadêmico neste campo sobre a luta armada na Bahia.<sup>25</sup> Com influência de autores da literatura brasileira, incluindo citações de Augusto dos Anjos, a obra apresenta alguns trechos que não constam na referida cópia, mas que podia ser vista no site Diários da Ditadura, também utilizado em nossa pesquisa.



Fachada do prédio principal do Colégio Central (Costa, 1971)

A peça começa com estudantes entoando a canção de abertura e com ela anunciando que a temática da peça abordará; “o mau estudo que temos”<sup>26</sup> e buscará apontar os culpados por ele:

<sup>25</sup> SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2003.

<sup>26</sup> SARNO, Carlos. *Aventuras e Desventuras de um Estudante*. Salvador: [s.n.], 1966. Script. Para deixar o texto mais limpo para a leitura, doravante as citações do script desta peça aparecem entre aspas, Oe com recuo, mas optamos por não inserir nota a cada citação.

“NÓS VAMOS ASSISTIR  
AS CAUSAS DO NOSSO ERRADO  
QUE NÓS VAMOS DESCOBRIR  
DENUNCIANDO O CULPADO

OBSERVE COMO É FÁCIL  
A VERDADE DEMONSTRAR  
QUE ESSA CULPA TEM DONO  
ACHADO POR QUEM PENSAR”

A canção anuncia a busca dos culpados e registra que:

“SOMOS POUCOS E FOI DIFÍCIL  
FAZER O QUE ESTAMOS FAZENDO  
QUE É MOSTRAR PRÁ VOCÊS  
A NOSSA VIDA VIVENDO”

A superação das dificuldades para construir a peça se justifica no final da canção com o coro entoando; “porque só vale a verdade/ porque só vale a verdade/ que só pode a verdade/ que só pode a verdade”. O que estará sendo anunciado por esse substantivo exaustivamente repetido? A própria realidade do ensino público e da representação política no Brasil. As condições de ensino no Central foram denunciadas como precárias no *Jornal Estado da Bahia* em sua edição de 27 de maio de 1966.

“Eu sou do interior / vim do norte da Bahia / pra aprender no colégio / e tomar sabedoria”. Após essa rápida auto-apresentação do estudante (personagem principal), o narrador (que também aparece como estudante) trata de generalizar a história, “somos todos um pouco dele/ que vem do interior/ mas êle [sic] não é só êle/ são todos os estudantes”<sup>27</sup> e de informar ao público os motivos de sua opção pelos estudos na capital, “vem buscar a esperança/ de ter uma vida melhor”. A compreensão de que essa “vida melhor” só será possível através dos estudos é compartilhada pelo narrador, pelo estudante e por seus pais.

Justificando a opção, o pai afirma que na sua cidade “não tem ensino que preste [...] tem sujeira

<sup>27</sup> Embora não empregamos na pesquisa métodos quantitativos, a pesquisa no arquivo Colégio Central pode constatar grande número de alunos oriundos do Interior do Estado, dentre eles, alguns dos membros do GATEB.



e tem miséria [...] quem já viveu no interior/ sabe o que é viver morrendo” passagens que podem ser entendidas como referência à política e a condição da população pobre do interior da Bahia. Diante das dificuldades e falta de perspectivas do local, estudar na “Bahia” é a única possibilidade para o filho ser um “dotô” e para isso ele é capaz de trabalhar exaustivamente. Já a mãe esforça-se para superar a saudade e o desgosto com a futura ausência do filho. Anuncia que seu sofrimento será diário, mas será recompensado com a mudança da sua vida e da do após a formatura.

Ao entrar no colégio o estudante depara-se com um excesso de burocracia na hora da matrícula. Numa alusão a ineficiência do serviço público, o jovem passa três dias tentando matricular-se. Entre “volte amanhã”, “é ali” e “é com lá” é encaminhado à diversos funcionários e só depois de um exaltado “estou cheio de andar/ e ser mandado por ai [...] se não tem vaga diga não”, finalmente lhe indicam “seu Bacelar” como alguém que pode efetuar sua matrícula.

No diálogo com o funcionário Bacelar ficam implícitas críticas ao Estado, a da falta de condições dos servidores públicos para realizarem suas obrigações por conta da burocracia “há muito que pesquisar [...] decretos de outros usos...” e a da hierarquização no serviço público.

Nessa hierarquia, Bacelar anuncia; “o meu chefe está estudando/ com interesse seu caso/ daqui a uns dias vai dar/ com certeza o resultado...” e revela o seu lugar na organização do poder, inclusive aquisitivo “sou apenas um funcionário/ isso é na sala 3/ dos doutores bacharéis/ donos de altos honorários...”, mas também se auto-denuncia “há vinte anos trabalho/ sem nunca ter trabalhado...” e estende a denúncia aos colegas “funcionários ocupados/ em conversa entre si...”, depois situa a origem do problema “a culpa não é de cada/ é de todos cada um[sic]/ mas muito principalmente/ daqueles maiores daqui.”

O estudante agradece e afirma, “eu só quero estudar/ se isso virou assunto/ de encontros inteligentes/ de quem faz educação/ é difícil de acreditar”. Utilizando-se do discurso do pai, responsabiliza o Estado pela educação “o meu pai já dizia/ ter colégio é com o governo que não faz caridade/ que governa dia a dia/ para educar nosso povo...”

por ser obrigação do Estado, ele afirma “só quero um pouco e só/ o meu direito reclamar/ de poder nesse colégio/ público estudar...”.

Diversas passagens denunciam a existência de mecanismos de seleção pouco explícitos e nada objetivos no processo de matrícula. Na primeira ele afirma “eu não conheço os maiores...”. Na segunda é mais direto “como todo depende, naceria [sic] de um ‘bom coração’/ por mais direito que eu tenha/ dê por favor a indicação/ do funcionário que pode me dar a senha...”.

Bacelar o encaminha para outro funcionário “vá naquele sujeito/ sentado bem no início da burocracia/ vá e peça com jeito [...] que seu Bacelar pediu...”. Esse finalmente efetiva sua matrícula atendendo ao pedido de seu Bacelar por ser “obediência a ordens superiores/ daqueles maiores daqui...”. Mas, antes de atender a ordem registra que “Só uma coisa garante/ seu nome e sobre nome/ é ter pai importante.” e queixa-se de “todo João ninguém/ que para o meu castigo [do funcionário] / resolve estudar também...”. O texto denuncia assim que a escola pública não estava acessível a qualquer cidadão, mas apenas aqueles de condições sociais mais elevadas, cujo pai fosse alguém importante naquela sociedade. Em outras palavras a matrícula dependia de indicação.

O funcionário termina sua fala insinuando ainda que, se foi difícil entrar, mais difícil será sair. Neste momento o narrador faz um chamado à luta por mudanças, responsabilizando implicitamente a todos pelo quadro apresentado. Questiona o comportamento dos estudantes que se preocupam apenas com notas, diversão e amor, defende que, além disto, é dever destes preocupar-se com a “situação dos estudantes/ que precisa melhorar.”

Após o discurso do narrador, ouvem-se estatísticas do ensino brasileiro que comprovam a insinuação do funcionário, dando conta da dificuldade que seria concluir os estudos. Os números mostram que apenas 15% das crianças matriculadas no curso primário concluíam o curso, e que a média de reprovação no país era de 40%.

Anunciando a canção dos direitos inalienáveis um coro então lança as perguntas “para que servem os direitos? Para que foram eles feitos?” o estudante levanta o questionamento; “que direitos eu tenho senhores?” e é seguido pelo coro:

“... Considerar, considerar, considerar. Considerando que o descobrimento e o abandono dos direitos do homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da humanidade, e que o surgimento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, e libertos de terror e da miséria, tem sido proclamado como a mais alta aspiração humana; considerando que na carta das nações unidas aos povos reafirmaram a fé nos direitos fundamentais do homem, na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida e um grau maior de liberdade; a assembléia geral proclama: **Artigo 1º** - todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito. São dotados de razão e de consciência, e devem agir uns em face de outros com espírito de fraternidade. **Artigo 2º** - toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que concerne ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve ser aberto a todos, em plena igualdade, em função das capacidades de cada um.”

Estes trechos são adaptações de fragmentos do preâmbulo e dos dois primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Vale lembrar aqui que o grupo tentou encenar a peça em 1966, em pleno regime de exceção, onde muitos desses direitos eram cada vez menos considerados por parte significativa dos defensores do regime.

E segue a canção, alternado a pergunta do estudante e as respostas do coro:

“Que direitos eu tenho senhores?

Direito de estudar.

Direito que tanto que tenho que tanto que tinha que tive que dar.

Que direitos eu tenho senhores.

Direito de falar.

Que direitos eu tenho senhores.

Direito de falar.

Direito que tanto que tenho que tanto que tinha que tive que dar.

Que direitos eu tenho senhores? [...]

Aquele que sobrar.”

Alexandrina Luz lembra que após a canção os estudantes pegavam o estatuto do Grêmio e a Declaração dos Direitos Humanos, alguém puxava a descarga e gritava “merda” (CONCEIÇÃO, 2006). Ela e Sarno recordem que essa palavra figurou entre as justificativas para a proibição da peça. No entanto divergem do local onde ela aparecia, uma vez que Sarno a aponta no final da peça (SARNO, 2002).

Após a cena dos direitos, a crítica se volta aos mestres. No primeiro dia de aula três professores entram em cena. Um deles afirma que “... sic itur ad astra, estudando alcançaremos os astros. É bom não faltar as minhas aulas, que aluno que falta não presta...” e reclama da falta de respeito para com os mestres e dos alunos que não estudam, não cumprem tarefas e faltam as aulas. Sua fala é então seguida de mais dados estatísticos apresentados pelo narrador “cinco milhões de crianças brasileiras em idade escolar, não estudam por falta de escolas...”.

O segundo mestre se apresenta-se com trechos de 3 poemas de Augusto dos Anjos começando com:

Sou uma sombra! Venho de outras eras do cosmopolitismo das moneras... Pólipo das recônditas reentrâncias, larva de caos telúrico procedo. Da escuridão do cósmico segredo. Da substância de todas as substâncias!<sup>28</sup> Eu, filho do carbono e do amoníaco, monstro de escuridão e rutilâncias, sofro desde a epigênese da infância, a influência má dos signos do zodíaco. Profundissimamente hipocondríaco, este ambiente me causa repugnância... Sobe-me a boca uma ânsia análoga à ânsia que se escapa à boca de um cardíaco.<sup>29</sup>

<sup>28</sup> Trecho do Poema de Augusto dos Anjos chamado monólogo de uma sombra.

<sup>29</sup> Trecho do Poema de Augusto dos Anjos chamado psicolo-



É o transcendentalíssimo mistério é o nous. É o pneuma, é o ego sum qui sum. É a morte, é esse danado número um que matou cristo e que matou Tibério.<sup>30</sup>

Aqui é preciso considerar quem eram os professores do Central e como poderiam ter soado, sobretudo aos mais tradicionais do período, as críticas a eles dirigidas. Na década de 60, vigorava o sistema de cátedra, onde o professor era “dono” da cadeira, isso é da disciplina. Ser professor de um colégio tradicional como o Colégio da Bahia nestas condições era algo que, além da autoridade, representava status na sociedade.

Mas, nem só catedráticos ensinavam nos colégios públicos. A imprensa e as correspondências oficiais do Colégio Central mostram que o ano de 1966 foi marcado registros da carência de mestres nos colégios secundários baianos, bem como pela denúncia da precariedade dos contratos aos quais estavam submetidos professores não catedráticos.

Por outro lado, a queixa da personagem (professor) contra as constantes ausências de estudantes das salas de aula, revela uma realidade do próprio autor da peça e de alguns dos integrantes do GATEB que no ano de 1965 não tiveram uma presença muito assídua nas suas salas de aula. Essas ausências são lembradas hoje pelo próprio Sarno como fruto de uma inquietação juvenil (SARNO, 2008). Nos arquivos do próprio Central encontramos muitos exemplos de alunos faltosos com bom rendimento e aprovados com boas notas. Assim, não se pode concluir de forma automática, como fez a personagem (professor), que a falta de assiduidade do aluno nas aulas seja um prova de desinteresses e/ou descompromisso dele com o conhecimento.

Já no segundo dia o script apresenta de forma crítica, quatro tipos de professores caracterizando-os como o desleixado; o eficiente; o bonzinho e o mauzão. Essa crítica foi utilizada pelo diretor do colégio para justificar a proibição da peça. Segundo ele os objetivos da peça eram claramente a

“ridicularização do ensino e a desmoralização do professorado”.<sup>31</sup> Mas, talvez a cena seguinte, ainda que não declarada, tenha sido mais decisiva para a proibição.



Estudantes carregando o “caixão do Grêmio” usado na peça e nos protestos contra sua proibição, 1966. Arquivo pessoal de Carlos Sarno (extraído do site Diários da Ditadura).

No palco ouvem-se sussurros. O narrado faz ostensivamente o sinal da cruz e anuncia “psssiu, vamos falar de política”. Começa a cena cinco, apresentada em dois quadros, o “Enterro do Grêmio”, e “os tipos de líderes”.

No enterro do Grêmio, após serem informados que o defunto “Morreu de morte política...” cozeiros e carregadores iniciam um diálogo reflexivo tentando conhecer melhor o defunto e o tipo de morte para eles desconhecida. Levantam hipóteses “talvez seja uma morte que só mata a alma...” e constatações “é uma morte subversiva / dessas mortes que na morte / está mais do que nunca viva [...] essa morte... não me cheira bem.” Um carregador informa que o grêmio morreu de morte matada. Os cozeiros dialogam inutilmente querendo saber como se deu. A questão, apresentada pelo primeiro cozeiro, sobre o que fazia o defunto, é respondida alternadamente pelos carregadores com fragmentos do estatuto do Grêmio.

O diálogo continua com carregadores e cozeiros (na condição de estudantes) assumindo responsabilidade pela morte; “nós permitimos a sua morte”, diz outro; “a sua morte é a nossa omissão”. O quadro termina com todos conclamando a

gia de um vencido.

<sup>30</sup> Trecho do Poema de Augusto dos Anjos chamado último credo.

<sup>31</sup> ESTADO DA BAHIA, 2 jun.1966, p. 4, citando carta de Walter Reuter.

refundação da entidade estudantil “que o defunto grêmio reapareça / que não tema nem obedeça / que saia da sua morte [...] que seja sempre forte / para nós, por nós / ESTUDANTES”.

A conclamação para não temer nem obedecer pode ser melhor entendida se levarmos em conta que, além de questões específicas da representação estudantil no Colégio, no ano anterior a Lei Suplicy de Lacerda colocou na clandestinidade entidades estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a Associação Baiana de Estudantes Secundaristas (ABES) e limitou a organização estudantil a fins culturais e esportivos.

Conclamada a ressurreição do Grêmio, é hora de alertar os estudantes (espectadores) para a existência de diferentes tipos de líderes. É apresentado o líder popular que recebe a crítica do 1º estudante:

Eu sou é um cansado / de ver uma coisa assim / de ver tanto homem atado / a conversar tão ruim / este homem se promove (aponta o líder) que só vendo o seu melado / ele dança de uma vez / samba, forró e bailado. / afasta prá lá companheiro / desses líderes interessados / que só abrem a boca / prá nos postos tá sentado. / até antes da eleição / só falavam em uns direitos / que esquecem de coração / logo depois de eleitos. / cuidado, muito cuidado / (para a platéia) cuidado com esses sujeitos / podem sentar a teu lado / e guardar até respeito, / mas do fundo de suas almas / só têm gana e ambição / de ouvirem as tuas palmas / todas de boa intenção.

Mas é defendido pelo 2º:

Com licença / este homem fala errado / mande parar por favor / fala como um condenado / esmagando uma flor. / este líder é inteligente / prestativo / coerente / este líder é meu amigo / sem inimigo / este líder é meu amigo / teu amigo / sem inimigo / este líder, minha gente / vai dar um ótimo doutor / deputado / senador / pode até ser presidente.

Surgem estudantes que, andando de um lado a outro do palco carregando velas acesas, se apresentam:

Nós, a cúpula, decidimos / que cada um deve cumprir / deve pensar, deve sentir / aquilo que sentimos / porque somos a razão / e como nós representamos a todos / para todos decidimos / a nossa decisão.

Os dois estudantes debatem sobre a cúpula. O que havia defendido o líder populista assume uma postura passiva e apela para a cúpula “pensem por mim, por favor / façam a minha decisão”. Já o outro contesta a passividade do colega:

Concordar é uma coisa / isso é bom até dizer / porque traz a união ao que se deve fazer, / mas concordar é uma coisa / a outra é obedecer. / quem obedece por medo / ou mesmo por não saber / o que é errado ou verdadeiro / é cachorro de algum homem / é burro de algum tropeiro / serviçal desses que tem / mais poder ou mais dinheiro.

Essa crítica à cúpula não nos deixa certeza sobre a existência ou não de uma prática “cupulista” entre lideranças estudantis do Colégio Central ou em Salvador naquele momento. No entanto, é certo que no período o grêmio do Central estava sob o comando de uma junta governativa. Independente da existência ou não de uma cúpula no ME naquele período, as críticas aos tipos de lideranças acabam apresentando uma concepção de movimento de estudantil.

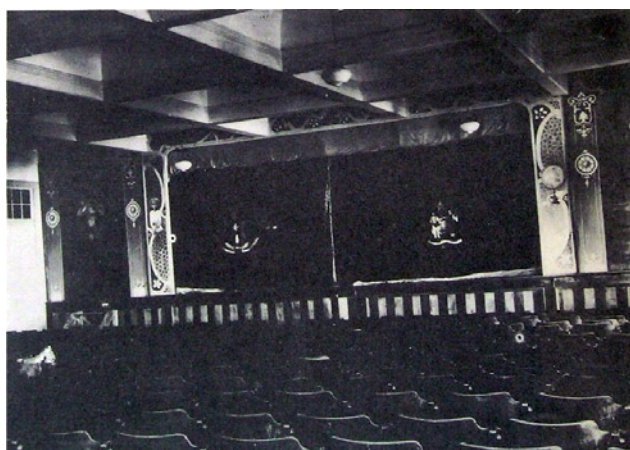
É preciso registrar que no Colégio Central estudavam lideranças ligadas a organizações de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP), mas também jovens com outras concepções alguns dos quais, após o fechamento da ABES, conseguiram junto às autoridades militares no Estado, autorização para criarem a Academia Cultural dos Estudantes da Bahia (ACEB). Essa diversidade contribuía para fazer daquele Colégio, um espaço fértil para os debates em torno das questões estudantis.

Retomando o Script, preocupado apenas com os estudos, o primeiro estudante insiste em deixar

que os outros decidam por ele, alegando não ter tempo. É então retrucado pelo segundo que reafirmando seus argumentos define a política como “o estudo do que somos agora / do que deixamos de ser / do que hoje não temos / e que amanhã pode ter...”. E em seguida sobe para desfigurar a cúpula, iluminando o palco e acusado-a “... estes homens eliminam / a nossa vontade querer...” o primeiro estudante revê sua posição e faz autocrítica “eu me deixei enganar / inocente da verdade / pelo falso liderar”. É como a massa se educando na luta e no debate político.

Ouve-se a voz do líder, que se apresenta como “aquele que é / e que sozinho não é nenhum / sou aquele que puder ser todos em cada um” ele é questionado pelos estudantes, pois por sua apresentação pode ser o governo, a oposição, o pai ou irmão deles. O líder então culpa aos que usam o tempo como desculpa para a acomodação e afirma que “líder não tem tempo / de ser consciente... ou não. / o líder é aquele que pensa no inverno e no verão”.

Personagens identificados como 1º, 2º e 3º homem alternam falas que revelam uma tomada de consciência. Após outra fala do líder todos repetem a pergunta final proferida por ele “onde está a consciência?”. O líder agradece “se você se preocupa com o estudante em qualquer tempo, muito obrigado” e todos entoam a “canção dos medos”, com o coro mais uma vez lendo trechos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, desta vez os artigos 18º e 19º, que proclamam a liberdade de pensamento, consciência, religião, opinião e expressão e o artigo 26º que proclama:



Auditório do Central vazio, 1938 (Costa, 1971)

A educação deve visar o pleno desenvolvimento dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. Deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade de todas as nações e todos os grupos raciais e religiosos, assim como o desenvolvimento da personalidade e ao reforço do respeito aos direitos do homem e às liberdades fundamentais.

### Considerações

Como se fosse um presságio, o script da peça caminha para o seu final com o que motivaria o início da saga dos estudantes pelas ruas de Salvador, a busca do direito ao exercício das liberdades de pensamento, de opinião e expressão anunciadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, cada vez mais negadas pelo regime político que se instalou no país como desdobramento do golpe de 1964 e que posteriormente utilizaria as reivindicações estudantis como da justificativa de seu endurecimento, com a proclamação do AI5 em dezembro de 1968.

O chamado da peça à participação e o debate entre os personagens parece reproduzir o próprio debate estabelecido não só entre os estudantes, mas também entre esses e professores ou funcionários. Alexandrina lembra que tinha uma boa relação com os funcionários do Colégio e que um destes, ligado à direção, aconselhava-lhe a não se envolver com o movimento, pois isso iria prejudicá-la. Mesmo assim, esse funcionário, reconhecia e acabava estimulando sua liderança e em alguns momentos.

A mesma estudante também lembra-se da influência de alguns professores a exemplo do professor Bonifácio com quem aprendeu a gostar de história e através de quem teve o primeiro contato com a “História Sincera da República”, de Basbaum e com obras de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré. Autores que apresentavam naquele momento uma visão crítica da História.

O discurso deste funcionário poderia servir para incutir o medo de envolvimento no movimento. O medo, no entanto parece não ter abatido aqueles estudantes. O próprio coro final com o qual a peça deveria ser finalizada, ao usar a palavra “medo”, parecia anunciar a coragem de muitos dos integrantes do GATEB. Alguns iniciaram ali seus confrontos com a ditadura vigente no país (pelo

menos os conflitos de forma mais aberta) e seguiram uma trajetória de combate ao regime que passou por momentos muito mais duros para estas personagens da vida real:

Todos medo temos / muito medo / medo temos / de falar medo temos / muito medo / medo temos / de falar (pensar, estudar e rezar) somos todos menininhos / nem sabemos / nem falar somos todos menininhos / nem sabemos / nem falar (bis) (todos os direitos) medo, muito medo / medo temos até de cantar (bis) medo temos / medo temos / medo temos de até cantar (bis).

Como desdobramentos dos protestos estudantes foram suspensos do Central e depois banidos do ensino público (AZEVEDO, 2008). No entanto, analisando a trajetória posterior de alguns deles, é possível concluir que, as aprendizagens mais significativa, obtidas com os episódios ficaram na importância da arte como forma de expressão, na defesa da democracia e da liberdade de expressão.

Estudantes da linha de frente na peça ou nos protestos continuaram a lutar contra a ditadura ingressando em organizações contra a ditadura, alguns em grupos de luta armada. Alguns seguiram a carreira no teatro, publicidade, jornalismo, na economia e na política.

Posições de destaque na sociedade brasileira foram ou são ocupadas por alguns dos protagonistas daqueles episódios a exemplo de Alexandrina Luz, professora da UFSE, José Sergio Gabriele, presidente da Petrobras, Carlos Sarno, Sócio e planejador núcleo governamental da agência de publicidade Engenho Novo, Armindo Bião, ator e professor de Teatro da UFBA, Zoroastro Penha Sant'anna, diretor da TV Brasil no governo Lula e Jurema Valença na assessoria da então ministra Dilma Rousseff.

Durante os protestos o Reuter foi afastado da direção. Nos anos seguintes o auditório do Colégio foi transformado em salas de aula. Em 1982 o Colégio voltou a ter aulas de teatro agora com os professores Edizio Patriota e Piter Leão que recriaram o departamento de artes e reabriram o auditório que naquele servia como depósito.

Assim, a peça “Aventuras e desventura de um es-

tudante” entrou para a história como um momento em que teatro e política se misturaram influenciando-se mutuamente e tornando-se um marco na luta por democracia e liberdade de expressão. Um episódio de nossa história que merece ser melhor estudado tanto do ponto de vista político estudantil como da análise do papel que a arte e particularmente do teatro pode desempenhar na formação de cidadãs e cidadãos consciente e ativos.

## REFERÊNCIAS

- BRITO, Antônio Maurício Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- CARNEIRO, Cesar Oliveira. *Aventuras e Desventuras: A peça Proibida e a Greve de estudantes que desafiou a ditadura em 1966*. Dissertação (Mestrado em História), FFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- COSTA, Weldon Americano da. et. al. *Memórias do Colégio Estadual da Bahia: 1937-1971*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1971.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillo. *Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão*. São Paulo: Dume Dumará, 1994.
- DIÁRIOS DA DITADURA. Disponível em: <<http://www.diariosdaditadura.com.br>>. Acesso em: 2 ago. 2006.
- DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do estado - ação política, poder e golpe de classe*, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Muniz Gonçalves. *Carlos Marighella: revolução e antinomias*, In: NOVA, Cristiane; NOVOA, Jorge (orgs). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999.
- FICO, Carlos. Algumas notas sobre historiografia e história da ditadura militar. *Estudos de História*, n. 1, v. 8, 2001.
- JOSÉ, Emiliano. *Lembranças do mar Cinzento*. São Paulo: Casa Amarela, 2000.
- LEÃO, Raimundo Matos de. Da cena amadora ao moderno projeto da escola de teatro. *Revista da Bahia*, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, n. 37, v 32, 2003.



MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, Jose Alberto. *O último tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves de. *O resurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), FFCH, Salvador, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTA, Rodrigo Patto (orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*, Bauru, SP: EDUSC, 2004.

SANTOS, Andréa Cristina. *Entre vozes e silêncio: o jornalismo de A Tarde durante o regime militar (1968-1972)*. In: 4º ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2006, São Luís do Maranhão. *Anais...* GT Historia do Jornalismo. 2006.

SARNO, Carlos. *Aventuras e desventuras de um estudante*. Salvador: [s.n.], 1966. Script.

SILVA, Sandra Regina Barbosa da. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Dissertação (Mestrado em História), FFCH, Salvador, 2003.

SKIDMORE, Tomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

### LEIS FEDERAIS

BRASIL. Senado Federal. Resolução nº. 25 de 1963.

BRASIL. Senado Federal. Resolução nº. 74 de 1962.

BRASIL. Lei 4.224 de 9 de abril de 1942

### ARQUIVOS

Arquivo do Colégio Estadual da Bahia - Correspondências oficiais, e pastas de alunos.

Arquivo Edgar Leuenroth, Unicamp, Campinas - Processo de presos políticos, projeto BNM.

Arquivo Público do Estado da Bahia. – Documentos da Secretaria de Educação.

### PERIÓDICOS

A TARDE. Salvador: Editora A Tarde.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: [s.n.].

JORNAL DA BAHIA. Salvador: [s.n.].

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador: [s.n.].

ESTADO DA BAHIA. Salvador: [s.n.].

O GLOBO. Rio de Janeiro: [s.n.].

ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro: [s.n.].

### FONTES ORAIS (ENTREVISTAS)

AZEVEDO, Jose Sérgio Gabriele de. *Jose Sérgio Gabriele de Azevedo*: entrevista 24 mar. 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

BIÃO, Armindo Jorge de Carvalho. *Armindo Jorge de Carvalho Bião*: entrevista 20 mar. 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

CARVALHO NETO, Jose Francisco. *José Francisco Carvalho Neto*: entrevista 19 mar. 2008. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *Alexandrina Luz Conceição*: entrevista 14 mar. 2006. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2008.

FERREIRA, João Luis da Silva. *João Luis da Silva Ferreira*: entrevista 19 nov. 2007. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2007.

SARNO, Carlos. *Carlos Sarno*: entrevista 11 jun. 2007. Entrevistador: César Oliveira Carneiro. Salvador: [s.n.], 2007.

\_\_\_\_\_. *Carlos Sarno*: entrevista 29 set. 2001 e 26 mar. 2002. Entrevistador: Muniz Ferreira Gonçalves (org.). Salvador: [s.n.], 2002.